

**ATA DE REUNIÃO****Conselho Estadual das Cidades - 3ª reunião Ordinária de 2012****Data:** 04/07/2012**Hora:** 9:00h**Local:** Sala de Decisão – Palácio da Fonte Grande, 9º andar.**Pauta:**

1. Leitura e aprovação da ata da reunião anterior;
2. Pontos de discussão:
  - 2.1. Propostas das Comissões Temáticas;
  - 2.2. Propostas da Secretaria Geral;
3. Assuntos para deliberação do Plenário;
4. Assuntos Gerais;
5. Encaminhamentos.

**Discussões**

1. O vice presidente Dauri iniciou a reunião, justificando a ausência do presidente, o secretário Iranilson Casado, que está em cumprimento de agenda com o Governador no município de Vargem Alta. Na sequência, apresentou a pauta da reunião perguntando se todos estavam de acordo ou possuíam alguma sugestão para incluir. Não havendo sugestões, antes de passar à leitura da ata anterior, Dauri solicitou que todos os membros se apresentassem, considerando a presença de novos conselheiros. Cada conselheiro presente se apresentou, mencionando o seu nome e a instituição que representa.
2. Em seguida, Calhau procedeu à leitura da ata da reunião anterior.
3. Ao final, a conselheira Edilza solicitou a inclusão, na ata, de um esclarecimento feito por ela sobre o Plano Diretor de Drenagem Sustentável de Vila Velha, conhecido como Plano de macrodrenagem de Vila Velha, o qual tem o objetivo de orientar as intervenções de drenagem para minimizar os problemas de inundação de bairros do Município.
4. Dauri solicitou também a inclusão do questionamento feito por ele no tocante aos Planos de Redução de Risco não contemplarem as bacias dos rios Marinho e Formate.
5. Não havendo mais inclusões, passou-se à apresentação da Comissão Temática de Habitação.

6. A coordenadora da Comissão, Helena Zorzal, falou dos temas abordados nas duas reuniões realizadas, destacando a apresentação do Programa Nossa Casa e informou que foram dados os seguintes encaminhamentos: i) constituição de um grupo de acompanhamento do Programa Nossa Casa, em especial quanto à estratégia 1 e ii) recomendação à Prefeitura Municipal da Serra para dar destinação adequada às unidades habitacionais desocupadas, localizadas às margens da BR-101 .
7. O conselheiro Ronaldo da UNMP perguntou se a Comissão pretende trabalhar na identificação de áreas ou terrenos públicos vazios visando sua destinação para moradia popular.
8. O Sr. Constantino colocou a dificuldade de se encontrar áreas para habitação de interesse social nos grandes centros, motivo pelo qual sugeriu a criação de um banco de terras. Reforçou essa necessidade esclarecendo que a expansão do território urbano ocorre por meio de loteamentos, que se tornam inviáveis para a população de baixa renda do ponto de vista econômico. Assim, não há viabilidade em promover a construção de moradia popular em áreas que não são do poder público. O importante não é prover grandes áreas, mas áreas menores, dentro das cidades, com infraestrutura, mobilidade urbana, etc. Por estas questões, concorda com a proposta do conselheiro Ronaldo.
9. O Sr. Elias tomou a palavra concordando com a proposta de criação de um banco de terras, mas entende que a grande dificuldade será encontrar terrenos ou áreas de posse do poder público. Relatou a experiência do município de Cariacica, em que os terrenos disponíveis são propriedade privada. Comentou que tal fato tem sido um entrave na implementação do Programa Minha Casa Minha Vida – faixa 1, pois os terrenos viáveis economicamente não possuem infraestrutura e, por outro lado, o recurso disponibilizado pelo programa não contempla a execução da infra. Perguntou à Helena se a Comissão de Habitação está debatendo o PMCMV para zero a três salários mínimos e solicitou cópia do material referente ao programa Nossa Casa.
10. O Sr. Constantino esclareceu que a criação de um banco de terras deve envolver a desapropriação de terrenos, implicando, ainda, uma ação conjunta entre Estado e Município. Corroborando com a fala do conselheiro Elias, ponderou que se a Cesan não se comprometer com a infraestrutura ficará difícil executar moradia para população de baixa renda.
11. A conselheira Edilza comentou a situação das casas na Serra. Esclareceu que há muito tempo o movimento da moradia reivindica a ocupação das mesmas, mas nunca obteve sucesso. Entende que o governo do Estado pode articular com o município para resolver essa questão.
12. O conselheiro Nicchio explicou que em relação à dificuldade de se encontrar

- terrenos infraestruturados e acessíveis economicamente para moradia popular dentro da malha urbana, a Caixa Econômica e o Governo do Estado estão trabalhando com a estratégia 1 do Programa Nossa Casa para vencer esse obstáculo. Esclareceu que nesta linha, o Estado irá aportar até três mil reais por unidade habitacional para viabilizar a implantação de infraestrutura dentro do PMCMV. Informou que será marcada uma reunião para a próxima semana com o grupo de acompanhamento citado pela Helena para apresentação dos projetos capitaneados pela Caixa.
13. O Sr. Mario colocou que a superação desse entrave passa pela proposta do conselheiro Constantino. Explanou a situação dos municípios do interior, como Cachoeiro de Itapemirim, no qual todos os terrenos vazios existentes são propriedade particular. Demandou que seja estudada uma forma de produção de loteamentos regulares acessíveis para todas as faixas de renda. Salientou a interface da habitação com a violência.
  14. Helena retomou a questão do banco de terras, mencionando que o estado do Rio Grande do Sul vem desenvolvendo um trabalho nessa linha, e que tal experiência poderá ser estudada pela Comissão de Habitação para futura implementação. Quanto ao PMCMV, reiterou a fala do conselheiro Nicchio sobre a estratégia 1 do Programa Nossa Casa. Informou do trabalho que foi realizado junto com a Caixa para capacitação dos municípios e também junto ao Ministério Público para mobilizar os municípios a participarem. Se colocou à disposição para apresentar o programa Nossa Casa no ConCidades, caso necessário, e informou que o resumo do programa está disponível no site do Idurb, mas que irá disponibilizar o texto integral para a Secretaria Geral repassar a todos os membros. Por fim, comentou sobre a dificuldade dos municípios identificarem terrenos apropriados e que, por isso, o Idurb vem atuando junto aos técnicos municipais para orientar na escolha dessas áreas. Outro gargalo é a falta do título de propriedade.
  15. Latussa apontou que a questão do banco de terras é crucial para a implementação de programas habitacionais e mesmo de outros programas de desenvolvimento urbano. Citou os estudos do meio acadêmico que apontam que o próprio PMCMV elevou o preço da terra. Nesse tema, colocou a possibilidade de se adotar parcerias público-privadas na execução de infraestrutura além de outras soluções, como a implementação de instrumentos disponibilizados pelo Estatuto da Cidade, para não ficarmos restritos à desapropriação, dado o alto custo e o longo tempo de negociação requerido. Dessa forma, é necessário auxiliar os municípios e a sociedade civil a utilizarem os instrumentos disponíveis na legislação urbanística para regular o aumento e inclusive diminuir, em alguns casos, o preço da terra urbana.
  16. A conselheira Ruth reiterou a necessidade de se trabalhar na

- implementação das leis urbanísticas municipais, especialmente do Plano Diretor, e na capacitação dos agentes públicos. O Estatuto da Cidade indica instrumentos que podem ser aplicados para estimular o diálogo dos atores que detêm a propriedade da terra.
17. O Sr. Elias comentou que o Conselho deveria incentivar os municípios na criação dos conselhos de habitação e do fundo, pois não enxerga esses instrumentos em funcionamento. Colocou a necessidade dos municípios elaborarem os seus Planos de Habitação.
  18. O vice presidente Dauri tomou a palavra colocando ser importante o conhecimento de todas as temáticas levantadas, mas que questões específicas da habitação devem ser tratadas dentro da Comissão. Salientou a importância da discussão acerca do banco de terras e reiterou a demanda do levantamento da situação dos planos de habitação e fundos nos municípios, exercício para a Comissão de Habitação.
  19. Mario reforçou a importância de se incentivar os conselhos municipais para a aplicação dos instrumentos do PDM, trazendo à tona a experiência de Cachoeiro, onde muitas conquistas no campo habitacional foram alcançadas pela força da sociedade civil.
  20. Calhau repetiu que o Governo do Estado, junto com o Governo Federal, vem trabalhando na questão da infraestrutura para viabilizar a habitação popular. Mencionou a solicitação do governador do Estado para que fosse criado um grupo de acompanhamento das ações visando minimizar as dificuldades. Ponderou sobre as desapropriações, necessárias para viabilização de alguns investimentos, mas que outras soluções não devem ser desprezadas.
  21. Constantino reiterou que o investidor em terreno não tem pressa, mas a moradia popular sim. Por isso torna-se imprescindível a aplicação de todos os instrumentos disponíveis no Estatuto da Cidade para que se possa viabilizar terra urbanizada.
  22. Denise falou sobre a experiência do IJSN na capacitação dos municípios e informou que a atualização do caderno de leis urbanísticas estará disponível em breve.
  23. Dauri encerrou as inscrições e retomou a pauta, colocando em votação as deliberações sobre os assuntos discutidos. Por unanimidade foi deliberado:
    - a. Recomendar à Prefeitura Municipal da Serra providências no sentido de promover a ocupação das unidades habitacionais ociosas localizadas às margens da BR-101.
    - b. Caberá à Comissão de Habitação realizar o levantamento da situação de elaboração dos planos municipais de habitação de interesse social e da criação dos fundos habitacionais nos

municípios. O resultado deverá ser apresentado na próxima reunião ordinária do ConCidades e servirá de subsídio para possível recomendação aos municípios.

c. O Idurb deverá disponibilizar ao ConCidades o texto integral do Programa Nosso Casa.

24. Em seguida, iniciou-se a apresentação das atividades desenvolvidas pela Comissão de Planejamento e Gestão Territorial Urbana pela sua coordenadora, Maria Ruth Paste. Ela explanou sobre as discussões realizadas no âmbito da Comissão, especialmente em relação à necessidade de dar maior visibilidade ao ConCidades, destacando a demanda de mapeamento dos Conselhos Municipais das Cidades para servirem de instrumentos de articulação no território municipal. Relatou que pelo levantamento da legislação urbanística, realizado com base no caderno do IJSN, observou-se a desatualização dessas leis. Colocou que após essas discussões a Comissão decidiu focar no tema regularização fundiária, trazendo para apreciação do plenário a proposta de realização de um seminário sobre a temática.
25. O conselheiro Constantino falou que o Sinduscon, em conjunto com outras entidades, está organizando um Seminário para tratar das temáticas urbanas com o objetivo de incentivar a participação da sociedade na criação dos programas de governo municipais. A partir do seminário pretende-se criar um Conselho de desenvolvimento econômico e social das cidades. Propôs a participação do ConCidades na organização do evento.
26. Calhau perguntou ao conselheiro se já foi estabelecida uma data, um espaço e se há um grupo de trabalho definido.
27. Constantino esclareceu que na parte da tarde haverá uma reunião com o Sinduscon para iniciar a organização.
28. Dauri concorda com a proposta de trabalhar em conjunto e aproveita para incluir na agenda do Conselho a 2ª Conferência da Saúde Ambiental que irá ocorrer em 2013.
29. A conselheira Ruth colocou a importância de se criar uma agenda de eventos acerca das temáticas urbanas, visando o estabelecimento de uma sinergia.
30. Denise aproveitou a oportunidade para convidar os membros para a Conferência Estadual de Desenvolvimento Regional – CODE que ocorrerá entre 27 e 29 de agosto, organizada pelo IJSN em conjunto com o IPEA e Ministério da Integração.
31. Mario sugeriu a extensão do seminário organizado pelo Sinduscon para o norte e sul do Estado visando estimular a participação da sociedade civil.

32. Constantino informou que a FINDES está realizando uma parceria com o CAU para disponibilizar equipe técnica para o Ministério Público Estadual. Quanto à extensão do seminário, mencionou a possibilidade de conversar com a rede Gazeta para transmitir na forma de vídeo conferência.
33. Calhau ressaltou a importância do Conselho se fazer presente nesses seminários para difusão de suas ações e também do conhecimento acerca das temáticas urbanas. Entretanto, ponderou sobre a criação de um novo conselho, pois poderá enfraquecer o ConCidades, especialmente no âmbito municipal.  

O conselheiro solicitou aos demais membros presentes que fosse autorizada a manifestação das assessoras da secretaria geral.
34. O plenário, por unanimidade, autorizou que as assessoras pudessem se manifestar nas reuniões do ConCidades.
35. A secretária Mariana expôs o resultado do levantamento realizado pela Secretaria Geral sobre a situação de constituição dos Conselhos Municipais das Cidades. Relatou os conflitos encontrados nos PDMs que, por vezes, cita erroneamente mais de um conselho. Ressaltou a importância de se tratar a cidade em um único conselho, evitando-se a pulverização das diversas temáticas e a falta de integração. Nesse sentido, a Secretaria Geral entende que especialmente nos municípios de pequeno porte o Conselho da Cidade deveria ser o mesmo que o Conselho estabelecido no PDM.
36. A conselheira Ruth manifestou sua discordância dessa posição, questionando a competência do Conselho Municipal da Cidade para gerir o Plano Diretor.
37. Com a chegada da conselheira Ana Márcia, Calhau tomou a palavra e solicitou que ela se apresentasse.
38. Em seguida, Dauri colocou em votação os encaminhamentos dos assuntos trazidos pela Comissão de Planejamento e Gestão Territorial Urbana. Por unanimidade foi deliberado:
  - a. Realização de um seminário de regularização fundiária no início de 2013;
  - b. É papel do ConCidades fomentar a criação e implantação dos conselhos municipais das cidades;
  - c. Elaboração de uma agenda de eventos para garantir a sinergia na discussão das temáticas afetas às cidades.
39. Antes de passar ao próximo ponto de pauta, a conselheira Helena solicitou a palavra para perguntar se havia uma demanda de integração com a Comissão de Habitação no que tange à regularização fundiária.

40. Na oportunidade, Latussa lembrou a necessidade de integração do ConCidades, em especial das comissões de Habitação e Planejamento ao Comitê de Regularização Fundiária recém criado no governo.
41. Nesse sentido, Helena se responsabilizou em passar para a Secretaria Geral a composição desse comitê, bem como o ato que o criou e o contato dos membros.
42. Foi incluído na pauta para votação o encaminhamento de integração com o comitê.
43. O Sr. Constantino solicitou também a inclusão na votação dos membros que irão representar o ConCidades na equipe de organização do Seminário sob a coordenação do Sinduscon.
44. O plenário aprovou a indicação do vice presidente, Dauri, do secretário geral, Eduardo Calhau e da representante do IJSN, a Sra. Denise.
45. Calhau tomou a palavra para apresentar os assuntos propostos pela Secretaria Geral.
46. O conselheiro colocou que, a partir do levantamento realizado sobre os conselhos municipais, observou-se que há confusão entre o papel do Conselho do Plano Diretor ou similar e o Conselho Municipal da Cidade, havendo até mesmo sobreposição de atribuições. Para dirimir esse conflito, a Secretaria Geral propõe ao ConCidades a emissão de uma resolução reconhecendo o Conselho do Plano Diretor ou similar como sendo a instância representativa do Conselho da Cidade no âmbito municipal, desde que atendidos os critérios de representatividade e proporcionalidade estabelecidos pelo Conselho Nacional, bem como atue na discussão de todas as temáticas relacionadas à política urbana, tais como habitação, saneamento ambiental, mobilidade e planejamento territorial. Para corroborar com a proposta, apresentou a experiência do trabalho que a Sedurb está fazendo em Dores do Rio Preto. Trata-se de um município pequeno, que apesar de ter elaborado o seu PDM até hoje não conseguiu implantar o conselho para gerir o plano.
47. Em seguida apresentou algumas estratégias propostas para dar maior visibilidade ao ConCidades: i) criação de página web vinculada ao site da Sedurb, com link nos demais sites do governo e dos órgãos e entidades membros do Conselho; ii) criação do facebook para o ConCidades. Esclareceu que para entrar em funcionamento, ambas as propostas deverão ser conversadas com a Secretaria de Comunicação do Governo.
48. Dauri tomou a palavra colocando que antes da conversa com a Secom as propostas deverão ser aprovadas pelo plenário do ConCidades. Sendo assim, passou-se à votação para deliberação dos assuntos tratados.
49. Decidiu-se que a Secretaria Geral será responsável por elaborar uma

- minuta da resolução sugerida e enviá-la a todos os membros para contribuições, visando colocá-la em votação na próxima reunião. Quanto às estratégias de visibilidade, foram todas aprovadas por unanimidade.
50. Antes de prosseguir para o próximo item de pauta, a conselheira Ruth sugeriu que o IJSN fosse envolvido na capacitação que a Sedurb está realizando no município de Dores, dada a experiência do instituto nessa área.
  51. Constantino ponderou a necessidade dos municípios possuírem técnicos que entendam a legislação urbanística.
  52. O Sr. Mario justificou a ausência nas reuniões anteriores, inclusive na comissão de mobilidade, por falta de logística de transporte. Comentou o seu contentamento com os resultados das audiências do orçamento do Estado, que permitiram aos movimentos populares deliberarem sobre o orçamento estadual, demanda antiga dentro do ConCidades.
  53. A conselheira Ana Márcia comentou que os seminários poderão ser instrumentos importantes de apoio à implementação dos PDMs nos municípios e incentivar a realização de concursos públicos, de forma que as ações possam ter mais continuidade.
  54. O vice presidente Dauri explanou sobre os "assuntos gerais", penúltimo item de pauta.
  55. Em relação ao afastamento dos membros que disputarão cargos eletivos, o conselheiro Mário informou que não encontrou na legislação vigente nenhum instrumento que vede a permanência desses membros no Conselho.
  56. Edilza complementou que a vedação se aplica a Conselhos que deliberam sobre a aplicação de recursos públicos, como é o caso do Conselho de Saúde.
  57. O conselheiro Dauri propôs que, não havendo restrição na legislação e não constando no regimento interno qualquer dispositivo sobre o tema, cabe ao plenário do ConCidades deliberar sobre a permanência ou o afastamento dos membros que se encontram nessa situação.
  58. Por unanimidade foi aprovada a permanência dos conselheiros que disputarão cargos eletivos, com a ressalva de que fica proibida qualquer manifestação eleitoral dentro das reuniões do Conselho.

## **Informes e Solicitações**

1. A Secretaria Geral informou ao plenário que o Sr. Francisco Carlos Pio de Oliveira e a Sra. Clarisse Gomes Rocha da OAB perderão o mandato por

- três ausências consecutivas sem justificativa.
2. Por fim, passou-se à inscrição dos membros novos nas Comissões Temáticas. Foram inscritos os seguintes conselheiros:
    - a. Ana Márcia Eler na Comissão de Saneamento Ambiental;
    - b. Elias Ferreira Nunes nas Comissões de Habitação e Planejamento Territorial.
  3. O Sr. Constantino solicitou a lista com o contato dos membros conselheiros e respectivas Comissões.

## **Encaminhamentos**

1. O conselheiro Nicchio deverá informar aos membros do grupo de acompanhamento do Programa Nossa Casa a data da reunião marcada para a próxima semana.
2. A conselheira Helena irá disponibilizar o texto integral do Programa Nossa Casa para a Secretaria Geral.
3. A Comissão de Habitação deverá realizar o levantamento da situação de elaboração dos planos municipais de habitação de interesse social e da criação dos fundos habitacionais nos municípios.
4. Helena deverá passar para a Secretaria Geral a composição do comitê regularização fundiária, bem como o ato que o criou e o contato dos membros.
5. Caberá à Secretaria Geral:
  - a. Elaborar a resolução recomendatória a ser emitida para Prefeitura Municipal da Serra solicitando providências visando promover a ocupação das unidades habitacionais ociosas localizadas às margens da BR-101;
  - b. Adotar as providências necessárias à: i) criação de página web vinculada ao site da Sedurb, com link nos demais sites do governo e dos órgãos e entidades membros do Conselho; ii) criação do facebook para o ConCidades;
  - c. Elaborar uma minuta da resolução sugerida e enviá-la a todos os membros para contribuições, visando colocá-la em votação na próxima reunião;
  - d. Promover ações visando a integração do ConCidades, em especial das comissões de Habitação e Planejamento ao Comitê de Regularização Fundiária recém criado no governo;
  - e. Oficiar a OAB para substituir os membros faltosos;

- f. Encaminhar a todos os membros lista com os contatos e comissões temáticas a qual estão vinculados;
  - g. Encaminhar a todos os membros o documento do Programa Nossa Casa.
6. Propostas de tema para desenvolvimento nas Comissões:
- a. **Comissão Temática de Habitação:** i) estudar a experiência do Rio Grande do Sul visando subsidiar a criação do banco de terras; ii) estudar uma forma de produção de loteamentos regulares acessíveis para todas as faixas de renda; iii) propor estratégias para incentivar os municípios na criação dos conselhos de habitação e do fundo;
  - b. **Comissão Temática de Planejamento e Gestão Territorial Urbana:** i) estudar mecanismos para auxiliar os municípios na implementação da legislação urbanística em geral, especialmente na aplicação dos instrumentos que propiciam uma atuação do poder público no preço da terra; ii) estudar mecanismos de capacitação dos municípios; iii) elaboração de proposta para o seminário de regularização fundiária; iv) estudar estratégias para fomentar a criação e implantação dos conselhos municipais das cidades;
7. Assuntos para a pauta da próxima reunião:
- a. Apresentação do resultado do levantamento realizado pela Comissão de Habitação com vistas à deliberação quanto à recomendação aos municípios;
  - b. Discussão sobre os estudos realizados pelas Comissões Temáticas, bem como das propostas de estratégias e ações para o alcance dos objetivos;
  - c. Deliberação sobre os temas estudados pelas Comissões Temáticas e discutir sobre as propostas apresentadas;
  - c. Elaboração de uma agenda de eventos para garantir a sinergia na discussão das temáticas afetas às cidades.
  - d. Votação da resolução recomendatória referente à constituição dos Conselhos Municipais das Cidades.

## Membros Presentes

**Eduardo Calhau**

Membro Suplente

*Secretaria de Estado de Saneamento,  
Habitação e Desenvolvimento Urbano -  
SEDURB*

**Maria Ruth Paste**

Membro Titular

*Secretaria de Estado de Transportes e Obras  
Públicas – SETOP*

**Denise Pereira Barros do Nascimento**

Membro Titular

*Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN*

**Latussa Laranja Monteiro**

Membro Suplente

*Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN*

**Edilza Maria da Silva Felipini**

Membro Titular

*União Nacional por Moradia Popular - UNMP*

**Ronaldo Correa de Almeida**

Membro Suplente

*União Nacional por Moradia Popular - UNMP*

**Dauri Correia da Silva**

Membro Titular

*Federação das Associações dos Moradores e  
Movimentos Populares – FAMOPES*

**Mario Cesar do Nascimento**

Membro Titular

*Federação das Associações dos Moradores e  
Movimentos Populares - FAMOPES*

**Helena Zorzal Nodari**

Membro titular

*Instituto de Desenvolvimento Urbano e  
Habitação do Estado do Espírito Santo –  
IDURB*

**Antônio Carlos Nicchio**

Membro Titular

*Caixa Econômica Federal - CAIXA*

**Sebastião Constantino Dadalto**  
Membro titular  
*Federação das Indústrias do Estado do  
Espírito Santo – FINDES*

**Elias Ferreira Nunes**  
Membro titular  
*Movimento Nacional de Luta pela Moradia –  
MNLN*

**Ana Márcia Erlen**  
Membro titular  
*Associação dos Municípios do Estado do  
Espírito Santo - AMUNES*

**Oscimara Alves de Oliveira Merlo**  
Membro suplente  
*Associação dos Municípios do Estado do  
Espírito Santo - AMUNES*